



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

05 DE SETEMBRO
PARQUE ANHEMBI
SÃO PAULO-SP

DISCURSO NA SESSÃO DE EN-
CERRAMENTO DO FORUM DAS
AMÉRICAS

Minhas Senhoras, meus Senhores:

Seja-me permitido, antes de encerrar esta reunião, congratular-me com o Fórum das Américas e com a Organização dos Estados Americanos, pela realização dos eventos hoje concluídos.

Faço-o nas pessoas ilustres do Secretário-Geral da OEA, Embaixador Alejandro Orfila, e do Presidente do Fórum, Senhor Mário Garnero. Por seu intermédio, manifesto o apreço do Governo federal a todos e cada um dos participantes das reuniões, debates e conferências aqui realizadas.

Considero especialmente adequados a nossos dias os os temas do Congresso Interamericano sobre a Livre Iniciativa na Mobilização de Fontes Alternativas de Energia» e do «Simpósio Interamericano sobre o Desenvolvimento de Fontes Alternativas de Energia». Boa razão têm os empresários do Continente para manifestar dessa forma seu interesse direto naqueles problemas.

A partir de 1973, os países do Terceiro Mundo, fortemente dependentes de suprimentos externos de óleo, sofreram uma redução *de facto* na capacidade de oferecer às suas populações níveis satisfatórios de bem-estar. As opções disponíveis — redução de outras importações ou abandono de programas relevantes para o desenvolvimento — são igualmente indesejáveis ou prejudiciais. E tendem a engendrar situações de estagnação econômica, desemprego ou atraso social. Ou todas juntas.

Nesses casos, sofrem primeiro, mais profundamente, e por mais tempo, as famílias menos favorecidas das nações importadoras. Sobre elas recaem com maior peso os aumentos de preço dos produtos e serviços mais essenciais. Sem culpa, vêm agravar-se os obstáculos, já normalmente grandes, ao seu progresso individual. Vêm distanciar-se, cada vez mais, a melhoria da qualidade da vida a que têm direito.

De qualquer modo, cumpre reconhecer a realidade como ela é. Ou seja: a procura de novas fontes de energia não é um problema só do governo. Para os homens de negócios, a disponibilidade e o preço da energia limitam a capacidade das empresas de produzir, vender, lucrar, expandir-se.

De uma ou de outra forma, tais restrições afetam a sociedade como um todo. Determinam os preços do mercado. Reduzem o poder de compra do público. Cerceiam os esforços das nações para criar riquezas. Anulam as medidas governamentais destinadas a melhor distribuir a riqueza gerada pelo trabalho de todos.

É contra esses percalços que os brasileiros resolveram enfrentar a questão do desenvolvimento de fontes

alternativas. Temos a nosso crédito realizações práticas notáveis.

Os resultados mais visíveis — mas não únicos — estão no uso do álcool de cana-de-açúcar, como combustível para veículos automotores. Aqui, já não se trata de experimentações interessantes ou dignas de curiosidade.

Dezenas de milhares de veículos a álcool trafegam pelas nossas cidades e estradas.

Quase 2.000 postos de serviço vendem álcool regularmente.

E tudo indica que até o fim do ano estaremos fabricando 30.000 veículos a álcool por mês.

É confortador verificar como os órgãos do Governo e as empresas privadas souberam motivar-se reciprocamente. Longe de repelir-se, ou de atuar em compartimentos estanques, somaram-se iniciativas e multiplicaram-se resultados.

Assim, no âmbito do Proálcool, o Ministério da Indústria e do Comércio aprovou, até julho deste ano, 298 projetos. Com sua execução, nossa capacidade de produção chegará a 6 bilhões e 700 milhões de litros por safra. Ou seja: dois terços da meta prevista para 1985. A partir daí, estamos revendo para 14 a 16 bilhões de litros de álcool por safra nossos objetivos para 1987.

Entretanto, o problema da energia não se resolve com soluções parciais. Governo e homens de negócios devem encarar a questão no seu triplice aspecto: de conservação; de substituição de derivados de óleo importado por fontes nacionais; e, por fim, mas não menos impor-

tante, de aumento significativo da produção nacional de petróleo.

Neste último aspecto, a Petrobrás superará pela primeira vez, este ano, a marca de um milhão de metros perfurados. Os campos já descobertos deverão estar produzindo, em 1985, mais de dois terços da meta prevista para aquele ano. A continuidade do trabalho da Petrobrás e os prováveis resultados positivos na prospecção sob contratos de risco permitem vislumbrar a possibilidade de, até lá, atingirmos a produção esperada de 500 mil barris-dia.

A substituição de energia importada faz-se hoje, no Brasil, através de programas ambiciosos e multidisciplinares, como ocorre nas indústrias siderúrgicas e cimenteira graças a acordos assinados com o Governo.

No setor de transporte, estamos melhorando os sistemas urbanos e metropolitanos — ou construindo novos, onde necessário — para assegurar o deslocamento rápido e econômico de grandes massas de pessoas.

A produção de carvão mineral e seu aproveitamento em diversas modalidades darão a essa indústria condições de maturidade e rentabilidade compatíveis com sua importância presente na economia nacional. Em conseqüência, o transporte ferroviário e a cabotagem deverão experimentar novos índices de demanda e eficiência.

Ao mesmo tempo, a produção de álcool de mandioca já tem sua tecnologia industrial dominada e desenvolvida, vencidos os tropeços e dificuldades iniciais.

Projetos de florestamento e reflorestamento encontram novas oportunidades e atrativos no plantio de es-

pécies propícias à fabricação de álcool, ou de carvão vegetal.

No tocante ao óleo diesel, já não há dúvidas técnicas, relativamente à sua substituição por óleos vegetais. O Ministério da Agricultura está em vias de definir e implementar um programa de grande fôlego para a produção e industrialização de colza, de girassol, de dendê, de côco-da-bahia e das várias outras oleaginosas das quais temos abundância natural, ou solo favorável ao cultivo.

O resultado combinado de tantas iniciativas pode-se ver na redução real de nossas importações de óleo cru, relativamente ao limite de 960 mil barris/dia, fixado no começo deste ano. Em agosto, esse teto foi diminuído para 850 mil barris diários. Agora, já é possível pensar-se em nova redução, para 800 mil barris por dia.

São fatos como esses que nos animam a olhar o futuro com confiança e otimismo.

Meus Senhores,

O pequeno balanço, que acabo de fazer, demonstra claramente o efeito multiplicador da substituição de petróleo importado por fontes nacionais de energia.

Do plantio à fabricação de combustíveis as biomassas formam um ciclo perfeito. Perfeito quanto à utilização de fatores de produção, que não nos faltam: o sol e a terra. Perfeito pela valorização do trabalho e pela qualificação do trabalhador. Perfeito na geração de renda a nível local.

Perfeito, ainda, em abrir à iniciativa privada a possibilidade de engajar-se plenamente nos programas de energia em nosso País. Perfeito, diria mais, pela oportunidade

de acesso das pequenas e médias empresas ao fascinante campo da criação de energia.

De sua parte, o Governo federal corresponde a esse desafio com a alocação de recursos suficientes e a atribuição de prioridades correspondentes.

Assim, enquanto as despesas da União aumentarão globalmente, em 1981, cerca de 59 por cento, os gastos com energia e recursos minerais aumentarão em 183 por cento sobre o ano de 1980. Paralelamente, os dispêndios com a agricultura, nos quais se incluem as aplicações ligadas a fontes alternativas de energia, crescerão, no próximo ano, em 158 por cento.

Isto posto, é como prazer redobrado que venho partilhar com os Senhores da discussão técnica e política do assunto mais atual para todos nós: a descoberta e o desenvolvimento de fontes alternativas de energia.

Nosso futuro depende disso.

Muito obrigado.